



NOTA DE IMPRENSA

A APF – ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA TOMOU CONHECIMENTO DE ALGUNS RESULTADOS DO ESTUDO REALIZADO PELA SOCIEDADE PORTUGUESA DE GINECOLOGIA E PELA SOCIEDADE DE MEDICINA DA REPRODUÇÃO.

A APF quer, em primeiro lugar, sublinhar a importância deste estudo que vem responder à falta de dados existentes sobre as práticas contraceptivas em Portugal. De facto, e infelizmente, tem existido uma permanente falta de dados neste campo, sendo que os últimos dados conhecidos eram de 1997.

Em segundo lugar, a APF considera que os resultados do estudo revelam, em simultâneo, os progressos realizados e a continuação de problemas importantes no uso de contraceção, que nos colocam ainda longe de um situação de excelência nesta campo da saúde.

De facto, o estudo revela que a maioria das mulheres portuguesas usa métodos contraceptivos seguros e que já foi na escola que as mulheres mais jovens obtiveram informação sobre a contraceção. Ou seja, que tem havido progressos quer no acesso e uso de contraceptivos, quer na educação sexual e contraceptiva.

Mas revela também a persistência de problemas importantes para os quais, de resto, a APF chamou a atenção, nomeadamente aquando da publicação, em Novembro de 2004, dos resultados do estudo que realizámos em conjunto com o ICS sobre “Fecundidade e Contraceção nas Mulheres Portuguesas”, a saber:

- A continuação de práticas sexuais de risco devido ao não uso de contraceção, especialmente nas mulheres mais jovens.
- A continuação de falhas no uso de métodos contraceptivos em mulheres jovens e adultas, nomeadamente da pílula que é o método mais utilizado em Portugal.
- O esquecimento da toma, a crença na necessidade de “descansar de vez em quando” e a falta de informação sobre as interações medicamentosas são, neste campo, os problemas mais frequentes e que dão origem a situações de gravidez não desejada que podem e devem ser evitados ou minorados.
- A continuação de práticas sexuais de risco de contágio de infecções sexualmente transmissíveis devido ao baixo nível de recurso ao preservativo.

A APF chama também a atenção para alguns comentários, a nosso ver incorrectos, sobre o uso da contraceção de emergência: ao revelar que um terço das jovens sexualmente activas usou a pílula do dia seguinte, o estudo indica que, por um lado, houve situações de risco que podem e devem ser evitadas; mas revela também que, face a estas situações de risco, as jovens optaram responsabilmente por se protegerem de forma eficaz contra uma provável gravidez não desejada.

Em 2003, quando a APF enviou o seu contributo para o Plano Nacional de Saúde, definiu entre os objectivos estratégicos a alcançar neste campo:

- a prevenção da gravidez não desejada devido ao mau uso de contraceptivos,
- a prevenção da gravidez e maternidade precoce,
- a promoção da qualidade e de uma efectiva escolha no uso de contraceptivos
- a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis.

Muitas vezes, os progressos alcançados ofuscam a continuação de problemas importantes.

A publicação destes dados vem reforçar a necessidade de os serviços públicos melhorarem significativamente a qualidade na prestação de cuidados de saúde, e vem, nomeadamente, reforçar a necessidade de se melhorar em muito a educação contraceptiva não só dos jovens mas da população adulta. Vem também reforçar a necessidade de se aumentar significativamente o acesso dos grupos mais jovens aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva.

O Estado português, os profissionais de saúde, os professores, têm uma responsabilidade especial nas melhorias que é necessário concretizar. Por outro lado, o Estado português deve continuar a desenvolver estes esforços e a disponibilizar apoios às organizações não governamentais que trabalham no campo da promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Lisboa, 3 de Março de 2005

A Direcção Nacional da APF